



SESSÃO TEMÁTICA Nº 15 – SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM TEMPO DE CRISE POLÍTICA

SOCIEDADE CIVIL, CRISE POLÍTICA E PANDEMIA NO BRASIL: PROTEÇÃO SOCIAL E NEGACIONISMO EM DEBATE

Rodolfo Silva Marques/Universidade da Amazônia (UNAMA)

Resumo

A pandemia Covid-19 trouxe mudanças em escala global e despertou reflexões a respeito do comportamento humano e suas dimensões relacionais em campos multidisciplinares. No campo das Ciências Humanas e Sociais, a Ciência Política e as Políticas Públicas emergem como caminhos de investigação para elucidar dúvidas. Nessa conjuntura, propõe-se, no presente artigo, uma avaliação do funcionamento estatal, no caso do Brasil, presidido por Jair Bolsonaro (sem partido), em relação aos procedimentos de enfrentamento à pandemia. Medidas como o auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, estão no campo da proteção social, mas foram iniciativas, essencialmente, do Congresso Nacional. Em 2021, o cenário se mostra muito mais dramático, com menos recursos e mais desemprego. Metodologicamente, discute-se, a partir da literatura institucionalista e da proteção social, o movimento do governo federal que, aliás, esteve em desacordo com a perspectiva liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes. Também entra em debate a postura negacionista de Bolsonaro em relação aos efeitos da pandemia, com mensagens confusas, contra o isolamento social e que atrasaram a compra das vacinas. A sociedade civil vem desaprovando progressivamente as ações de Bolsonaro. O presidente da República gerou uma discussão sobre uma equivocada escolha entre manter empregos (premissa econômica) e salvar vidas (saúde pública). Como conclusões, identifica-se uma crise sistêmica (sanitária, política e econômica), cujos efeitos mais perversos ainda são vistos em 2021, e uma análise negativa de como os “remédios estatais” foram insuficientes para enfrentar a crise.

Palavras-chave: funcionamento estatal; sociedade civil; crise sistêmica

Abstract

The Covid-19 pandemic brought changes on a global scale and sparked reflections on human behavior and its relational dimensions in multidisciplinary fields. In the field of Human and Social Sciences, Political Science and Public Policies emerge

as ways of investigation to clarify doubts. In this context, this article proposes an assessment of the state functioning, in the case of Brazil, chaired by Jair Bolsonaro (without party), in relation to the procedures for fighting the pandemic. Measures such as emergency aid, in the amount of R\$ 600.00, are in the field of social protection, but they were essentially initiatives of the National Congress. In 2021, the scenario is much more dramatic, with fewer resources and more unemployment. Methodologically, it discusses, based on institutionalist and social protection literature, the movement of the federal government which, incidentally, was at odds with the liberal perspective of the Minister of Economy, Paulo Guedes. The denial stance taken by Bolsonaro in relation to the effects of the pandemic, with mixed messages, against social isolation and which delayed the purchase of vaccines, also comes into debate. Civil society has progressively disapproved of Bolsonaro's actions. The President of the Republic generated a discussion about a mistaken choice between keeping jobs (economic premise) and saving lives (public health). As conclusions, it identifies a systemic crisis (sanitary, political and economic), whose most perverse effects are still seen in 2021, and a negative analysis of how the “state remedies” were insufficient to face the crisis.

Keywords: state functioning; civil society; systemic crisis

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS)¹, trouxe, com ela, um conjunto de alterações em nível global, além de discussões e reflexões a respeito do comportamento humano e de suas dimensões relacionais e multidisciplinares. Nos campos das Políticas Públicas, e com a necessidade de entender a política em si e suas conexões com o povo, o cenário da pandemia abriu espaço para leituras diversas na busca pela visualização das instituições, do comportamento político e das dimensões da vida social. Há, assim, uma necessidade cada vez maior de fazer conexões teóricas.

Políticas públicas podem ser entendidas, assim, como a discussão e a prática de ações vinculadas a decisões reconhecidas como políticas, de forma concreta, simbólica e/ou de conteúdo. Há, assim, o campo de construção e de efetivação de decisões políticas, como diretriz de enfrentamento de problemas. As construções sociais ajudam a compor a discussão na agenda das políticas públicas (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015).

É importante destacar que a pandemia se expandiu no mundo de forma diferenciada, de acordo com a maneira como os países trataram a questão. No caso do Brasil, para além da postura negacionista do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido/RJ), as próprias condições

¹ PORTAL ABRIL. Disponível em <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 10 mai. 2020.

geográficas do país, como a extensão territorial, geraram picos, ações diferentes dos gestores e procedimentos diversos.

Com a clara proximidade entre as perspectivas teóricas e metodológicas, a discussão se dá a partir das visões institucionalista (DAHL, 1997; GOODIN, 1996) e neoinstitucionalista (LECOURS, 2005; NORTH, 1997; POLANYI, 2000). A premissa é tratar o tema a partir dos eixos das formas de participação e de tomadas de decisão políticas, além dos modos de imposição de concepções a partir da própria Presidência da República.

No Brasil, no campo das decisões presidenciais, um evento de análise é o do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, no contexto da proteção social, no ano de 2020. A medida foi adotada por Jair Bolsonaro (sem partido-RJ) e impactou financeiramente, de abril a agosto daquele ano, cerca de 58 milhões de brasileiros. O auxílio, que tem como alvo trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa, pagou, no período citado, parcelas de 600 reais mensais por pessoa adulta.

Posteriormente, os valores repassados diminuíram e, em 2021, o cenário apresenta um valor ainda menor, pago em 4 parcelas de 150 reais. A decisão de conceder o auxílio emergencial, de certa forma, foi na contramão da postura negacionista do presidente Bolsonaro, adotada em março de 2020, desde o início da crise no Brasil. Historicamente, aliás, a relação de programas de transferência de renda e de aprovação popular para o governante da ocasião é um tema estudado no campo científico.

O auxílio emergencial 2021² foi concedido ao trabalhador/cadastrado que estava recebendo o benefício em 2020 e que também observasse o cumprimento das regras publicadas na Medida Provisória 1039³.

A implantação de quaisquer benefícios tem as suas peculiaridades, considerando-se o contexto institucional e a própria condução da política por parte do Governo Federal. Também emerge a questão das estratégias para a identificação dos públicos-alvo e da própria implementação de programas como o Auxílio Emergencial (CARDOSO, 2020).

A viabilização do Auxílio Emergencial, com a urgência proporcional à gravidade do cenário pandêmico, só ocorreu a partir de um contexto mais extenso das políticas sociais gerenciadas pelo Ministério da Cidadania (MC), como o Cadastro Único (CadÚnico) e o Programa Bolsa-Família (CARDOSO, 2020).

² PORTAL VALOR ECONÔMICO. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/programas-sociais/noticia/2021/08/01/auxilio-emergencial-2021-calendario-atualizado-2021-5-parcela.ghml>. Acesso em 31 jul.2021.

³ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254. Acesso em 31 jul.2021.

Metodologicamente, além da revisão de literatura tratando a categoria da proteção social pelo Estado, usa-se, também, a análise situacional. Entra em debate a postura negacionista de Bolsonaro em relação aos efeitos da pandemia, com a mensagem multidirecional e confusa gerada para a população: o presidente da República alimentou uma (proposital) dicotomia entre manter empregos (premissa econômica) e salvar vidas (saúde pública). A pandemia se expandiu no mundo de forma diferenciada.

No Brasil, para além da postura negacionista do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido/RJ), as próprias condições geográficas do país, como a extensão territorial, geraram picos, ações diferentes dos gestores e procedimentos diversos. As ações de combate ao novo coronavírus são implantadas em cenários de desajustes políticos, de conflitos entre os entes federativos e os diferentes Poderes e os riscos de crises sociais.

Nesse pluralismo metodológico inerente à Sociologia e ao campo das Políticas Públicas, a perspectiva aqui é buscar algumas respostas a partir dos caminhos qualitativos de pesquisa científica. Na tradição institucionalista e nas visões econômicas e políticas da democracia e do funcionamento da sociedade, Schumpeter (1984) e Dahl (1997) e trazem sempre importantes contribuições para o debate a respeito de crises como a se vivenciou em 2020, no contexto da pandemia global de Covid-19.

Cabe, nessa visão, a compreensão de um bom desenho institucional, pelo apoio às medidas governamentais ou pelas oposições, para que os sistemas de funcionamento e de contestação gerem pressões sobre a gestão pública e os resultados objetivados pela coletividade sejam atingidos (SCHUMPETER, 1984).

Nessa discussão, Dahl (1997) observa que, além da participação social através da política de escolha dos representantes dentro da arena de cada estado-nação, os cidadãos também se organizam em grupos de interesses – contestando e/ou apoiando as decisões governamentais.

Alguns episódios da ação estatal estão nessa discussão aqui proposta, a saber: a) o discurso negacionista do presidente sobre a pandemia, em 24 de março de 2020, quando Bolsonaro chamou a Covid-19 de “gripezinha”; b) a crise no ministério da Saúde, com a troca de ministros e uma gestão desastrosa da crise; c) a defesa, por parte do presidente da República, de substâncias e de remédios sem eficácia comprovada, como a cloroquina e hidroxiclороquina e; d) os conflitos do presidente com muitos governadores e prefeitos no enfrentamento da pandemia.

O descontrole generalizado e agressivo do presidente da República, Jair Bolsonaro, mostrou sua incapacidade para lidar com a crise ou dar o suporte social para os brasileiros conviverem com o medo do coronavírus e com as limitações socioeconômicas geradas pela pandemia. A crise econômica que cada vez mais parece palpável é derivada não do distanciamento social, mas pelas limitações geradas pela Covid-19.

A proteção social básica, com ações específicas, tem como princípios essenciais a prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e a consolidação de vínculos e valores comunitários e familiares (MATTEI, 2019).

Nesse contexto, Vianna (2002) buscou a compreensão de algumas questões – a quem proteger, como proteger e de que proteger –, identificando os processos em cada nação a partir de suas respectivas estruturas político-institucionais. Os sistemas de proteção social, portanto, foram instalados em alguns países europeus para atender demandas sociais que emergiam com a expansão de produção capitalista. Os sistemas de propunham, originalmente, a tornar disponíveis serviços públicos com o objetivo de melhorar a condição social dos indivíduos (MATTEI, 2019).

Nesse contexto, um exemplo é a medida do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, no contexto da proteção social. O auxílio emergencial, também conhecido como *coronavoucher*, foi instituído pela Lei 13.982/2020, para diminuir os impactos econômicos e sociais gerados pela pandemia⁴. A medida foi adotada por Jair Bolsonaro e impactou, de abril a agosto de 2020, cerca de 68 milhões de brasileiros, segundo dados do governo federal. O auxílio, que tem como alvo trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa, pagou, no período citado, parcelas de 600 reais mensais por pessoa adulta. A partir de setembro – e até dezembro de 2020 – o valor pago foi ajustado para a metade (ou 300 reais)⁵.

O governo federal, que inicialmente havia proposto o valor de 200 reais, concordou em triplicar o valor após votação na Câmara dos Deputados. O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e o Cidadania – partidos de oposição e defensores da ideia de um valor mais alto – propuseram a extensão do benefício, o que acabou efetivamente ocorrendo⁶.

A decisão de conceder o auxílio emergencial, de certa forma, foi na contramão da postura negacionista do presidente Bolsonaro, adotada em março, desde o início da crise no Brasil. Historicamente, aliás, a relação de programas de transferência de renda e de aprovação popular para o governante da ocasião é um tema estudado no campo científico.

Também entra em debate, assim, a postura negacionista de Bolsonaro em relação aos efeitos da pandemia, em especial pela mensagem multidirecional e confusa gerada para a população. O presidente da República gerou uma discussão sobre um equivocado *trade-off* entre manter empregos (premissa econômica) e salvar vidas (saúde pública).

⁴ PORTAL DW. Disponível em www.dw.com/pt-br/como-aux%C3%ADlio-emergencial-pode-impactar-a-popularidade-de-bolsonaro/a-53389103. Acesso em 10 abr. 2021.

⁵ PORTAL DW. Disponível em www.dw.com/pt-br/como-aux%C3%ADlio-emergencial-pode-impactar-a-popularidade-de-bolsonaro/a-53389103. Acesso em 10 abr. 2021.

⁶ PORTAL DW. Disponível em www.dw.com/pt-br/como-aux%C3%ADlio-emergencial-pode-impactar-a-popularidade-de-bolsonaro/a-53389103. Acesso em 10 abr. 2021.

Assim, este artigo se divide, após essa seção introdutória, um tópico sobre com a operacionalização conceitual e a crise de Covid-19, uma breve análise a partir de episódios ocorridos durante a pandemia, entre março e agosto de 2020 – com uma extensão sobre momento vivido no primeiro semestre de 2021 –, e as conclusões preliminares do trabalho, considerando-se que trabalho ainda está em andamento.

OPERACIONALIZAÇÃO CONCEITUAL

Na sequência da discussão, busca-se um viés metodológico a partir da literatura institucionalista – com um diálogo com alguns autores da linha neo-institucionalista e na abordagem da proteção social. Busca-se, assim, avaliar o movimento do governo federal no enfrentamento da pandemia que, aliás, esteve, muitas vezes, em confronto com a perspectiva liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Na tradição institucionalista e nas visões econômicas e políticas da democracia e do funcionamento da sociedade, Schumpeter (1984) e Dahl (1997) e trazem sempre importantes contribuições para o debate a respeito de crises como a se vivenciou em 2020, no contexto da pandemia global de Covid-19.

Para Schumpeter (1984), as gestões inovadoras trazem desenvolvimento econômico – mas também desequilíbrio social –, e os indivíduos precisam estar devidamente adequados à estrutura social para a produção de riqueza. Cabe, nessa visão, a um bom desenho institucional, seja pelo apoio às medidas governamentais ou mesmo pelas oposições, para que os sistemas de funcionamento e de contestação gerem pressões sobre a gestão pública (SCHUMPETER, 1984). Em geral, é dos valores organizacionais das instituições que virão um contraste às ações individuais, havendo a necessidade de uma organização estatal capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1984).

Nessa discussão, Dahl (1997) observa que, além da participação social através da política de escolha dos representantes dentro da arena de cada estado-nação, os cidadãos também se organizam em grupos de interesses – contestando e/ou apoiando as decisões governamentais.

Dahl (1997) trabalha com a ideia institucional dos inputs (demandas oriundas da sociedade), para articular os diferentes interesses dos atores sociais envolvidos na constituição e na execução das políticas públicas. Tal organização dos grupos interesses na sociedade é vista como fundamental nos processos de democratização e de participação nas decisões políticas (DAHL, 1997).

No cenário de implementação das políticas públicas, há mister que se entenda o Estado não somente como um ator relevante, mas também como um ambiente no qual ocorrem as

interações entre agentes distintos que têm seus respectivos papéis e que desenvolvem várias ações na produção corrente de processos coletivos (CARDOSO, 2020). De acordo com Pires (2016), as políticas públicas são construídas e desenvolvidas a partir das interações constantes dos diversos atores que fazem parte dos processos.

Ainda do ponto-de-vista da literatura institucional, principalmente no contexto mais moderno do neo-institucionalismo, North (1997) ressalta que, para buscar inteligibilidade para as evidências históricas e contemporâneas, é essencial repensar o processo do crescimento econômico. A fonte fundamental do crescimento econômico – ou os enfrentamentos às crises – está nas estruturas organizacional e institucional de uma economia (NORTH, 1997). Dessa forma, para dar conta de uma crise tão amplificada como a pandemia de Covid-19, a visão de North (1997) poderia amparar os chefes de estado no sentido de buscar enfrentamentos que pudessem contemplar as necessidades mais essenciais da população, em complementaridade com o sistema econômico predominante. No Brasil, Jair Bolsonaro falhou integralmente no cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

Nessa mesma perspectiva analítica, principalmente nas visões do campo da ciência política, pode-se considerar literatura de Lecours (2005). Os paradigmas institucionais, embora não unificados nas diferentes literaturas, trazem aspectos importantes no desenho de cada país, nos sistemas de freios e contrapesos as questões histórica, sociológica e da escolha racional.

Em seu argumento principal, Lecours (2005) ressalta que as instituições moldam as ações – chocando-se, eventualmente, com algumas visões que alguns líderes políticos que priorizam o personalismo. As visões dos novos institucionalistas residem na teorização da ciência política, que deve considerar que as ações não acontecem em “vácuos institucionais”, a despeito de todos os contextos e das forças políticas existentes (LECOURS, 2005).

Para Goodin (1996), a perspectiva neo-institucional tem como pontos principais em comum a questão de os agentes individuais buscarem suas demandas dentro da coletividade; os padrões institucionais são recriados constantemente; há restrições a projetos particulares dentro do contexto do grupo; e as ações individuais e coletivas, eventualmente contestadas, podem ser socialmente modeladas como um “motor condutor” da vida social.

Emerge nesse cenário teórico-prático, também, a visão das transformações e da sociologia econômica de Polanyi (2000). Para Polanyi (2000), com a ideia da “grande transformação”, há uma visão macroeconômica para mostrar as crises e as excepcionalidades da economia capitalista de mercado – muitas vezes, desconectadas da “vida real” das pessoas – e uma ideia de buscar saídas no cenário em que as ações econômicas dos indivíduos estão nas “redes” das relações socioeconômicas. A “incrustação” dessa economia contemporânea indica que ela esteja misturada diretamente com as perspectivas sociais – e não dá para visualizar a economia e/ou o planejamento

econômico de forma paralela e desconectada como se percebe o desenvolvimento da própria sociedade (POLANYI, 2000).

Assim, considerando-se as literaturas institucionalista e neo-institucionalista, as ações de proteção social têm de ser pensadas a partir do contexto das políticas públicas – e é necessário que o chefe de Estado tenha esse nível de percepção, ainda mais discutindo a questão de uma maneira coletiva, priorizando os que mais precisam do suporte público.

BREVE ANÁLISE DE EPISÓDIOS DA GESTÃO PÚBLICA NA PANDEMIA

No Brasil, Jair Bolsonaro gerou uma discussão sobre um equivocado *trade-off* entre manter empregos (premissa econômica) e salvar vidas (saúde pública). Faltou a ele, na essência, uma compreensão sobre as suas responsabilidades de gestor público e de uma correta condução de uma nação em um cenário de crise, mesmo que ações como o auxílio emergencial tenham sido empreendidas.

Elencam-se 4 episódios que mostram a má gestão da crise no país e a ausência do Estado na resolução das principais questões oriundas da pandemia.

a) O discurso de Bolsonaro em 24 de março de 2020

O marco cronológico da gestão pandêmica pelo governo brasileiro foi a manifestação oficial, em forma de pronunciamento à nação⁷, do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido). A fala pública, em cadeia de rádio e televisão, durou cerca de 5 minutos e ocorreu na noite de 24 de março de 2020⁸. O chefe do poder executivo federal optou por um discurso negacionista, chamando o novo Coronavírus de “gripezinha”, criticando a imprensa e questionando governadores e prefeitos por terem determinado a quarentena e o fechamento de escolas, comércios e fronteira.

Em dos trechos do discurso, Bolsonaro assim se expressou: “*O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar, empregos devem ser mantidos, o sustento das famílias deve ser preservado, devemos, sim, voltar à normalidade*”⁹.

⁷ PORTAL UOL. Disponível em noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm. Acesso em 20 jun. 2020.

⁸ PORTAL UOL. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em 20 jun. 2020; PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

⁹ PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

Bolsonaro manteve, pois, a minimização dos efeitos da pandemia e conseguiu reforçar, com seu discurso, um apoio de uma base de eleitores.

O presidente Bolsonaro ressaltou que algumas autoridades estaduais e municipais estavam com um discurso de “terra arrasada” e que o país não poderia parar por causa do vírus – com a premissa de que os empregos deveriam ser preservados. É essencial enfatizar que nenhum dos pontos avaliados e citados pelo presidente da República em 24 de março de 2020 tiveram amparo nos fatos ou guardaram relação com a realidade.

b) A crise no ministério da Saúde

Para além de todas as dificuldades na comunicação com a sociedade em relação à Covid-19, outros fatos concretos evidenciam a maneira descuidada com que o governo brasileiro gerenciou a crise. Um desses casos foi a instabilidade ocorrida à frente do ministério da Saúde. O médico Luiz Henrique Mandetta (DEM), que esteve à frente da pasta desde janeiro de 2019, deixou o cargo em 17 de abril de 2020, após desentendimentos com o presidente da República – em especial no que se refere às orientações de distanciamento social.

O seu então sucessor, o também médico Nelson Teich, ficou apenas 4 semanas no cargo, sem deixar sua marca positiva. E, entre o final de maio e o início de julho, Bolsonaro manteve no cargo, de forma interina, o general Eduardo Pazuello, que não apresentava, até então, experiências em gestão de saúde pública. O ministério da Saúde, nos 6 meses avaliados neste artigo, em nenhum momento demonstrou uma estratégia clara e centralizada para enfrentar a Covid-19¹⁰.

Em 23 de março de 2021, o médico cardiologista Marcelo Queiroga tomou posse como ministro da Saúde. Durante a crise pandêmica, portanto, foi o quarto a ocupar a pasta ministerial. Quando de sua posse, Queiroga destacou a necessidade de engajamento da população brasileira no contexto das medidas preventivas da Covid-19, como o uso de máscaras e o distanciamento social¹¹. Nada mencionou, naquele momento, no entanto, em relação à “marcha da vacinação” e sobre as questões de proteção social, específicas de outras pastas.

Dado político importante desse processo foi a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, formada exclusivamente no Senado, com 11 parlamentares titulares. Como objetos de investigação, as possíveis omissões e irregularidades nas ações do governo federal durante a pandemia de COVID-19 no país. Ela foi criada em 13 de abril de 2021 e instalada, oficialmente, em 27 de abril de 2021. A presidência da CPI é do senador Omar Aziz

¹⁰ PORTAL VEJA. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/queda-de-dois-ministros-em-apenas-um-mes-deixa-saude-a-deriva/>. Acesso em 20 jun. 2021.

¹¹ PORTAL AGÊNCIA BRASIL. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/marcelo-queiroga-e-nomeado-ministro-da-saude>. Acesso em 20 mai.2021.

(PSD-AM) e a relatoria, do senador Renan Calheiros (MDB-AL)¹². O período inicial da Comissão foi de três meses, mas os trabalhos foram prorrogados por mais três meses – até outubro de 2020.

O requerimento para a criação da CPI foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e buscou a discussão dos equívocos da gestão federal no enfrentamento da pandemia, como as ações negacionistas do governo, o uso de recursos públicos para tratamentos ineficazes e o processo de compra de vacinas.

c) Hidroxicloroquina e Cloroquina

Uma das principais questões que emergiu durante a crise do coronavírus foi a respeito do uso da hidroxicloroquina – medicamento utilizado originalmente para tratamentos de lúpus e malária. Desde o início da crise sanitária no Brasil, entre o final de fevereiro e o começo de março de 2020, com as primeiras confirmações de contaminação e de mortes, o presidente da República, Jair Bolsonaro, defendeu, juntamente com seu núcleo político, o uso do medicamento para tratar de casos da Covid-19 no país¹³.

Contudo, a despeito do discurso presidencial, não foram apresentadas evidências científicas de que o uso da hidroxicloroquina poderia surtir resultados nos tratamentos de pacientes com Covid-19 de forma efetiva, como se identificou em pronunciamento da Sociedade Brasileira de Imunologia, em 18 de maio de 2020¹⁴. Assim, torna-se claro que desinformação na área da saúde – ainda mais diante de uma crise mundial como a pandemia Covid-19 – traz efeitos perversos junto a uma sociedade¹⁵. E quando tratam de um medicamento sem comprovações de eficácia – e partem do próprio presidente da República –, as consequências se tornam ainda mais graves.

d) Bolsonaro em conflitos com estados e municípios

Outro processo importante que foi verificado durante o período mais crítico da pandemia no Brasil foi a postura de Jair Bolsonaro em relação à questão do isolamento social – único método cientificamente provado para evitar a expansão acelerada da Covid-19. Para além desse contexto, houve o movimento constante do presidente brasileiro em transferir os ônus da pandemia para estados e municípios – alguns governadores e prefeitos.

¹² PORTAL DO SENADO FEDERAL. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/cpi-da-pandemia/2021/04/instalacao-da-cpi-da-pandemia>. Acesso em 31 jul.2021.

¹³ Informações disponíveis em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em 20 set. 2020.

¹⁴ PORTAL SBI. Disponível em <https://sbi.org.br/2020/05/18/parecer-da-sociedade-brasileira-de-imunologia-sobre-a-utilizacao-da-cloroquina-hidroxicloroquina-para-o-tratamento-da-covid-19/>. Acesso em 20 mai. 2021.

Em 16 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela autonomia a prefeitos e governadores nas definições a respeito das medidas de enfrentamento ao Coronavírus – e de restrição à circulação das pessoas. Estados e municípios ficaram responsáveis por regulamentar ações de distanciamento social, em contraposição ao pensamento do Planalto. Em uma análise mais pragmática, a decisão apenas confirmou o que já estava previsto na Carta Magna de 1988¹⁶.

Em 29 de abril de 2020, com o crescimento exponencial e incontrolável dos números de contaminados e mortos no Brasil, o presidente Bolsonaro afirmou que não seria “culpa dele” a explosão dos números no Brasil. O chefe do executivo federal, por outro lado, transferiu a responsabilidade pelos números aos governadores e prefeitos em virtude das medidas restritivas adotadas no enfrentamento à pandemia¹⁷.

Bolsonaro destacou que a imprensa deveria perguntar sobre os números ao governador do estado de São Paulo, João Dória Júnior (PSDB) – destacando também que o que valem são os “decretos de governadores e prefeitos”. Essa fala foi uma continuidade ao trocadilho feito pelo presidente em 28 de abril, quando expresso “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”¹⁸.

Esse descontrole generalizado do presidente da República, Jair Bolsonaro, mostrou sua incapacidade para lidar com a crise ou dar o suporte social para os brasileiros lidarem com o medo do coronavírus e com as limitações socioeconômicas geradas pela pandemia. A crise econômica, que já se mostra presente e que pode ter desdobramentos mais graves em 2020, é derivada não do distanciamento social, mas pelas limitações geradas pela Covid-19.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Um dos pontos conclusivos da pesquisa, que está em andamento, é que o Brasil vive uma crise sistêmica, a partir das variáveis sanitária, política e econômica. Até o final de julho de 2021, o Brasil já tinha mais de 20 milhões de contaminações e mais de 558 mil mortes, com índice de letalidade de, aproximadamente, 2,5%¹⁹. Os números evidenciam o passivo da questão sanitária no Brasil, com a incapacidade de na melhoria do saneamento básico – ao mesmo tempo em que foi percebido-se um cenário desolador na estrutura dos sistemas de saúde.

¹⁶ PORTAL DO SENADO FEDERAL. Disponível em www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado. Acesso em 20 jun. 2021.

¹⁷ PORTAL OBSERVADOR. Disponível em <https://observador.pt/2020/04/29/bolsonaro-culpa-governadores-e-prefeitos-pelo-aumento-de-mortes-no-brasil/>. Acesso em 20 jun. 2020.

¹⁸ PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/29/um-dia-apos-e-dai-bolsonaro-culpa-governadores-conta-nao-e-minha.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

¹⁹ PAINEL CORONAVÍRUS. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 31 jul.2021.

Outra conclusão reside na instabilidade causada pelo chefe de Estado do Brasil gerou incertezas na população, instabilidade no comando da pasta da Saúde e conflitos com parte dos governadores e dos prefeitos do país, que implantaram medidas de distanciamento social e que precisavam de mais recursos da União para dar suporte às pequenas empresas e às populações mais carentes.

Observação similar se percebe em relação à crise econômica, que tende a se aprofundar em 2021 e em 2022. O auxílio emergencial gerou e vem gerando um controle momentâneo das demandas sociais, mas se trata de um recurso temporário e sem bases mais sólidas. As ações de proteção social não foram, pois, ineficazes, mas se mostraram insuficientes diante da crise.

Assim, os “remédios institucionais” se mostraram incompletos, assim como os problemas de desinformação e da insistência em modelos equivocados – como o uso da hidroxicloroquina – ilustram o fracasso da gestão brasileira no tratamento e no enfrentamento da crise pandêmica.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo.; RISCADO, Priscila.; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo, Editora EDUSP, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254. Acesso em 31 jul.2021.

CARDOSO, Bruno. A Implementação do Auxílio Emergencial como Medida Excepcional de Proteção Social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.

GOODIN, Robert. **The theory of institutional design**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LECOURS, André (org.). **New institutionalism: theory and analysis**. London: University of Toronto Press, 2005.

MATTEI, Lauro Francisco. Espaço temático: proteção social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais. **Revista Katályis** 22 (01). Jan-Apr 2019.

NORTH, Douglass. **Some fundamental puzzles in economic history/development**. In: Arthur, W. Brian; Durlauf, Steven & Lane, David A. (orgs.), *The economy as an evolving complex system II*. Reading, MA: Addison-Wesley, p. 224. 1997.

PAINEL CORONAVÍRUS. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 31 jul.2021.

PIRES, Roberto. Intersetorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, 26, 67-80, 2016.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORTAL ABRIL. Disponível em <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 10 mai. 2020.

PORTAL AGÊNCIA BRASIL. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/marcelo-queiroga-e-nomeado-ministro-da-saude>. Acesso em 20 mai.2021.

PORTAL DO SENADO FEDERAL. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/cpi-da-pandemia/2021/04/instalacao-da-cpi-da-pandemia>. Acesso em 31 jul.2021.

PORTAL DO SENADO FEDERAL. Disponível em www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado. Acesso em 20 jun. 2021.

PORTAL DW. Disponível em www.dw.com/pt-br/como-aux%C3%ADlio-emergencial-pode-impactar-a-popularidade-de-bolsonaro/a-53389103. Acesso em 10 abr. 2021.

PORTAL OBSERVADOR. Disponível em <https://observador.pt/2020/04/29/bolsonaro-culpa-governadores-e-prefeitos-pelo-aumento-de-mortes-no-brasil/>. Acesso em 20 jun. 2020.

PORTAL SBI. Disponível em <https://sbi.org.br/2020/05/18/parecer-da-sociedade-brasileira-de-imunologia-sobre-a-utilizacao-da-cloroquina-hidroxiclороquina-para-o-tratamento-da-covid-19/>. Acesso em 20 mai. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm. Acesso em 20 jun. 2020.

PORTAL UOL. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em 20 jun. 2020.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/29/um-dia-apos-e-dai-bolsonaro-culpa-governadores-counta-nao-e-minha.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em 20 jun. 2021.

PORTAL VALOR ECONÔMICO. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/programas-sociais/noticia/2021/08/01/auxilio-emergencial-2021-calendario-atualizado-2021-5-parcela.gh.html>. Acesso em 31 jul.2021.

PORTAL VEJA. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/queda-de-dois-ministros-em- apenas-um-mes-deixa-saude-a-deriva/>. Acesso em 20 jun. 2021.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

VIANNA, Maria Lúcia. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro: [s.n.], dez. 2002.